

1

1 Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF - PR

2 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

3 Reunião Ordinária COEDE/PR – JUNHO/2024

4 Ao sétimo dia do mês de Junho do ano de 2024, às nove horas, presencialmente e
5 transmitido pelo youtube, na sala Fani Lerner, no 7º andar, da Secretaria do
6 Desenvolvimento Social e Família - SEDEF. Situada no Palácio das Araucárias, à
7 Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Centro Cívico, Curitiba, Paraná. Iniciou-se a
8 reunião ordinária do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência – COEDE -
9 com a convocação: Conselheiros da Sociedade Civil: Estavam presentes Alexandre
10 Salum de Oliveira – Associação dos Deficientes Físicos do Paraná – ADFP; Henry
11 Baptista Xavier – Universidade Livre para Eficiência Humana – UNILEHU; Rosilaine
12 dos Santos Gomes – Associação de Pais e Amigos de Surdos APAS; Fátima do
13 Rocio de Souza Gonçalves – Associação dos Colaboradores da Escola de
14 Deficientes Auditivos de Paranaguá – ACEDA; Clecy Aparecido Grigoli Zardo e
15 Carla Regina Wingert de Moraes – Federação das APAES – FEAPAES; Julio César
16 Viana – Associação de pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Maringá – Enio
17 Rodrigues da Rosa – Instituto Paranaense de Cegos – IPC; Patricia Veridiana
18 Monteiro – Associação dos Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão –
19 ADFVFB; Francielle de Souza – Associação de Atendimento e Apoio a Pessoa
20 com Transtorno do Espectro Autista do Norte do Paraná – ANJO AZUL; Ângela
21 Denize Henrique Cavalheiro – Centro Ocupacional de Londrina - COL - Rosilda de
22 Oliveira – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraquara – APAE
23 Piraquara; Priscila Guimarães Rodrigues e Jéssica Mariano de Paiva – Complexo
24 de Saúde PEQUENO COTOLONGO; Luiz Felipe Gubert Braga Cortês e Silberto
25 Cardoso – Secretaria do Desenvolvimento Social e Família/Coordenação da
26 Política de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDEF/CPCD; Aline
27 Jarschel de Oliveira e Débora Farias Guelfi Waihrich – Secretaria da Saúde –
28 SESA; Luiz Eduardo Okazak – Secretaria do Trabalho, qualificação e Renda –
29 SETR; Roberto Conceição de Almeida Leite – Secretaria do Desenvolvimento
30 Social e Família/Coordenação da Política de Assistência Social – SEDEF/CPAS;
31 Maira Tavares de Oliveira e Cláudia Camargo Saldanha – Secretária da Educação
32 – SEED; Adriana Santos de Oliveira – Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e
33 Pessoa idosa/Coordenação de Política para a Pessoa Idosa – SEMIPI/CPPI; Ivã
34 José de Pádua – Secretaria da Ciência, Tecnologias e Ensino Superior – SETI;
35 Cleomira Ferreira Burdzinski – Secretaria da Cultura – SEEC; Moisés Domingues
36 Batista – Secretaria do Esporte – SEES; Henrique Chote Domingues da Silva –
37 Secretaria do Planejamento – SEPL. Convidados Presente – Alessandra Barancelli
38 – Ordem dos Advogados do Brasil – AOB. A Secretária Hérica Sarmiento passa a
39 palavra para à Presidente do Coede Clecy Zardo para dar inicio a plenária. A
40 Presidente do Coede Clecy Zardo dá as boas vindas a todos os conselheiros
41 presentes e também aqueles que se encontram online, faz um agradecimento ao
42 Secretário Rogério Carboni pelo evento no dia 17, onde foi assinado oficialmente
43 o repasse do edital é 001 de 2023. A Presidente faz um pedido para que os
44 Conselheiros participem presencialmente das reuniões das Comissões, ela

2 DIOE – n.º 11722 – 13/08/2024.

3

45 compreende que cada um tem suas atividades mas reforça a importância do
46 Conselho e a importância das reuniões presenciais. Relata que por vezes via on
47 line as reuniões não são tão produtivas, pela falha do sistema e pela falta de
48 aproximação dos conselheiros. A Presidente solicita uma inversão de pauta a
49 pedido das Conselheiras representantes da Secretaria de Educação por conta das
50 demandas das Conselheiras. Os Conselheiros aprovam a inversão de pauta. A
51 Secretária pede a palavra para iniciar os informes e relata que os informes das
52 outras comissões será lido após o retorno do almoço por conta da apresentação da
53 APAE/Maringá. A aprovação da pauta de Junho foi encaminhada aos conselheiros
54 por e-mail pelo e pelo WhatsApp, pergunta se todos aprovam, os conselheiros
55 respondem que sim, informa que a Ata de Maio não foi entregue ainda, que a
56 responsável não entregou e que depois irá encaminhar para a próxima reunião da
57 Plenária. A Secretária da continuidade na leitura dos informes: Ofício nº 16/2024 -
58 APAE/Piraquara - Substituição da conselheiras: Titular: Andréa Cristina de Fátima
59 dos Santos por Rosilda de Oliveira e Suplente: Rosilda de Oliveira por Crislaine
60 Candida de Oliveira. Email de Substituição - SEMIPI/CPPI: Titular: Adriana Santos
61 de Oliveira Suplente: Juliany Souza dos Santos. Relata que receberam um convite
62 da NEPSD/SESP: Campanha Junho Paraná sem Drogas - Núcleo Estadual de
63 Políticas sobre Drogas - NEPSD/SESP: Abertura dia 04 de julho 2024 - Museu
64 Oscar Niemeyer - 09hs às 17hs. Evento: Pessoas com Deficiência: Qualidade de
65 vida e prevenção ao abuso de drogas lícitas. 05 de julho de 2024, das 09hs às
66 17hs. O COEDE recebeu o convite no e protocolo, o Conselheiro Ivã vai estar
67 palestrando nesse evento. O Conselheiro Ivã pede a palavra, faz o convite para
68 todos os conselheiros estarem presente representando o COEDE. A Secretária
69 pede a palavra e relata sobre a V Conferência Nacional, que a Conselheira
70 Adriana, chefe de Delegados já fez a inscrição dos 38 delegados, informa que as
71 passagens que ficaram dos governamentais já foram compradas pela SEDEF, que
72 está tudo sendo encaminhado, lembra que a V Conferência Nacional é no mês que
73 vem, do dia 14 de julho ao dia 17 de julho de 2024. Relata que tem duas inclusões
74 da Defensoria Pública do Paraná, que encaminhou um ofício informando a
75 substituição da Flávia Portela que está de licença maternidade e quem vai ficar no
76 lugar é a Flávia Ferreira, que já consta na lista de presença, que não compareceu
77 ainda, que foi encaminhada a pauta para ela no contato que foi enviado pelo ofício
78 recebido. Relata sobre outro convite recebido, da FEPE, referente a comemoração
79 dos 65 anos da Instituição, que vai acontecer no dia 6 de junho de 2024, às 13
80 horas no Auditório Ulysses de Campos da UFPR, prédio de Ciências Sociais
81 Aplicadas, a Secretária pede se algum Conselheiro poderia representar o Conselho
82 no referido evento. O Coordenador Felipe Braga Cortês relata que vai participar,
83 bem como a Servidora Carla da CPCD. A Secretária informa que no Relatos dos
84 Grupos de Trabalho: Levantamento de servidores PcD e acessibilidade nos locais
85 de trabalho não houve pauta. Informa também que na Comissão temporária:
86 revisão regimento interno do COEDE/PR não houve reunião. A Comissão
87 permanente de Políticas básica não teve pauta, o Coordenador Felipe Braga Cortês
88 pede a palavra e fala sobre os encontros regionais dos Conselhos para as Pessoas
89 com Deficiência, que a vontade é intensificar esses encontros, que foi feito na
90 Região Metropolitana, no Litoral, o Coordenador agradece ao Conselho de São
91 José dos Pinhais pela ajuda, reforça que dará continuidade nas reuniões e que o

4 DIOE – n.º 11722 – 13/08/2024.

5

92 COEDE estará mais presente. Propõe em estabelecer sequencia nessas reuniões
93 regionais, o modelo foi híbrido, e foi muito válido, tendo apresentações de políticas
94 que estão funcionando nos municípios, que houve retorno das prefeituras que
95 ainda não tem conselho constituído. A reunião de Itaperuçu foi também um
96 exemplo de sucesso. A Presidente do Conselho Clecy Zardo concorda com a
97 sugestão do Coordenador Felipe e parabeniza a iniciativa. A Secretária sugere que
98 essa pauta seja encaminhada para a Comissão de Capacitação e Mobilização. A
99 Presidente do Conselho convida a Conselheira Carla para substituí-la no período
100 da tarde pois participará em outra reunião. A Secretária pede a palavra e relata que
101 fará um ofício para a FEPE informando quem participará do evento, e que a partir
102 deste dia, 04/06/2024 fica acordado que qualquer evento que o COEDE seja
103 convidado, sempre será encaminhado um ofício para os proponentes do convite,
104 informando qual Conselheiro representará o COEDE. As conselheiras Cláudia e
105 Maira são convocadas para iniciar o relato da Comissão da Garantia de Direitos, o
106 apoio técnico é a Margarete Alcino, a coordenadora é a Patrícia Veridiana e a
107 relatora é a Maira da SEAP. A Relatora inicia a leitura: 2.1 RETORNO DE PAUTA:
108 Ofício nº 08/2024 - Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual -
109 ACADEVI, referente ao fechamento das Salas de Recursos Multifuncionais. Relato:
110 Solicitação da Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual -
111 ACADEVI por meio do ofício nº 08/2024 “temos recebido denúncias graves de
112 redução do atendimento ou até mesmo fechamento de Salas de Recursos
113 Multifuncionais - SRM Área Visual, em diversos municípios da rede estadual de
114 ensino, espaços que atendiam pessoas cegas ou com baixa visão, tanto nas
115 regiões de abrangência de representação da ACADEVI e também em demais
116 regiões do estado do Paraná. Destacamos que, até recentemente, as salas de
117 recursos atendiam independentemente de a pessoa com deficiência visual registrar
118 ou não matrícula no ensino comum do estado, atendendo crianças e adultos não
119 matriculados no ensino regular. Em face disso, nesse início de ano letivo de 2024
120 muitas dessas crianças e adultos encontram-se sem o atendimento educacional
121 especializado: uma condição ausente bastante grave, e que viola direta e
122 frontalmente os direitos desse segmento social. Nesses termos, solicitamos de
123 Vossa Senhoria providências imediatas e uma agenda de reunião para ouvirmos e
124 aproximarmos um franco diálogo sobre o como e por quais meios (secretarias)
125 esses essenciais serviços estarão garantidos para às pessoas que encontram-se
126 hoje desassistidas pela política pública estadual, envolvendo crianças com baixa
127 visão e cegas de tenra idade e, das âmbitos da saúde e trabalho da pessoa com
128 deficiência visual adulta, envolvendo, com destaque, os serviços de reabilitação de
129 uma pessoa não matriculada em unidade escolar e, por eximido, por motivos dos
130 mais variados, comumente doenças bastante agressivas, acaba perdendo
131 repentinamente sua visão, uma condição, como se pode verificar, não das mais
132 tranquilas ou simples de se superar, e que exigem variadas abordagens, até então
133 oferecidas as salas de atendimento supracitadas.” **Parecer da Comissão:** Após
134 relato da SEED, solicitamos esclarecimentos a ACADEVI quanto a qual o público
135 mencionado. Destaca-se que é imprescindível a lista de pessoas com deficiência
136 com a faixa etária para os encaminhamentos mais assertivos. **Parecer do COEDE:**
137 A pauta volta para a comissão e o conselheiro Enio irá participar do debate para
138 maiores esclarecimentos. Convidar a ACADEVI para participar da reunião da

6 DIOE – n.º 11722 – 13/08/2024.

7

139 comissão. Na reunião esteve presente representantes das ACADEVI que
140 contribuíram com questionamentos relacionados a instrução 03/2024 da SEED.
141 **Parecer da Comissão:** Encaminhar à SEED para esclarecimentos dos
142 questionamentos do solicitante. **Parecer do COEDE:** aprovado. 2.2 RETORNO:
143 Promotoria de Justiça do Foro Central da Comarca da região metropolitana de
144 Maringá - Ofício nº 316/2024, referente ao Processo administrativo MPPR. Relato:
145 Por meio do Ofício nº 316/2024 o Ministério Público da 14ª Promotoria de Justiça
146 do Foro Central da Comarca da região metropolitana de Maringá “cientificar-lhe
147 que, em tese, diversas salas de recursos multifuncionais tiveram suas atividades
148 interrompidas para pessoas com deficiência que não estão em idade escolar em
149 municípios paranaenses, para que adote as medidas que reputar pertinentes,
150 diante do prejuízo que o encerramento dessas salas pode causar ao interesse
151 coletivo das pessoas com deficiência.” **Parecer da Comissão:** Conforme
152 informação por meio do ofício n 261/2024 na data de 07 de março de 2024 para o
153 Ministério Público esclarecendo que a sala de recursos do Colégio Estadual
154 Presidente Kennedy foi cessada em consequência desta unidade passar a atender
155 em tempo integral, sendo na oportunidade disponibilizado aos estudantes não
156 matriculados nesta unidade escolar a oferta da sala de recurso multifuncional em
157 outras três escolas (Colégio Branca da Mota, Colégio Tânia Varella e Instituto da
158 Educação de Maringá). **Parecer do COEDE:** Pauta retorna a comissão para mais
159 esclarecimentos. **Parecer da Comissão:** Encaminhar à SEED para esclarecimentos
160 dos questionamentos do solicitante. **Parecer do COEDE:** Aprovado. 2.3 Ofício nº
161 012/2024 - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Curitiba:
162 Relato de usuário, referente ao atendimento do Departamento de Trânsito do
163 Paraná - DETRAN/PR. Relato: O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com
164 Deficiência – CMDPcD, a partir da Reunião Ordinária ocorrida no dia 25 de abril de
165 2024, encaminha relato de usuário, referente ao atendimento do Departamento de
166 Trânsito do Paraná - Detran Pr, para as providências necessárias, haja visto tratar-
167 se de órgão vinculado ao Governo do Estado do Paraná (Anexo I)(Anexo I):
168 Gostaria de fazer um relato sobre a falta de intérprete no atendimento ao Detran
169 PR. Minha irmã tem 29 anos, ensino médio completo,. Esse ano decidiu tirar a
170 primeira habilitação. Acompanhei ela com as informações junto a auto escola,
171 apesar de eu não saber libras oficialmente, utilizo da linguagem caseira e por vezes
172 a escrita. A autoescola me passou informações e deixou claro de que eles não
173 tinham intérpretes para o curso, porém autorizaram ir alguém da família quando
174 iniciar as aulas teóricas. O problema seria quando se tratasse de atendimentos fora
175 da auto escola. Agendaram então o exame de aptidão física e mental para o dia 16
176 de abril de 2024 na clínica. Na guia saiu a informação da necessidade de
177 intérprete, porém a clínica informou que não era preciso fazer nada, porque essa
178 informação iria direto para o sistema do Detran e que eles encaminharam um
179 intérprete no dia do exame. Acontece que nesse dia não havia nenhum intérprete.
180 Conversei com a recepção da clínica e a médica autorizou minha entrada na sala,
181 não interferi em nada, apenas traduzi coisas básicas. Por fim ela foi aprovada.No
182 mesmo dia a auto escola solicitou o agendamento do psicotécnico. Esse exame
183 está previsto para o dia 13 de maio às 15:30 na mesma clínica. Porém é uma fase
184 que precisa de um intérprete, devido ao nível de dificuldade dessa fase do
185 processo. Foi então que devido a ausência do Intérprete no primeiro exame, resolvi

8 DIOE – n.º 11722 – 13/08/2024.

9

186 ir atrás para ter certeza que vai ter a presença desse profissional. A comunicação
187 com o Detran PR é extremamente difícil. Informações desatualizadas no site ou
188 falta dessas informações. Consegui um contato de WhatsApp que se refere a um
189 projeto piloto de atendimento ao cidadão. As informações são contraditórias.
190 Primeiro fui informado que o Detran não tem mais esse serviço e que deveríamos
191 levar um intérprete. Depois, em um segundo atendimento, informaram que
192 precisaria marcar um atendimento presencial para solicitar esse intérprete. Abri
193 uma ouvidoria no site do Detran reclamando da falta de informação e acessibilidade
194 do surdo. Protocolo: 65403/2024. Por fim consegui a ajuda da central de libras que
195 descobri por pesquisa no Google. Liguei na clínica novamente, sugeri a eles a
196 autorização para entrar um intérprete voluntário em sala, a recepcionista disse que
197 irá conversar com a Psicóloga, mas antecipou que já havia comentado sobre o
198 caso do primeiro exame que acompanhei e que ela já teria dito que não vai aceitar
199 outra pessoa em sala pelo motivo dessa pessoa facilitar ou dar as respostas
200 durante o teste. Ela solicitou que entre em contato na sexta dia 26 de abril para
201 saber a resposta. Esse caso é extremamente revoltante, porque o Detran, que é
202 um órgão público, deveria garantir o direito e a acessibilidade da comunidade
203 surda. Manter as informações atualizadas e principalmente exibir ou qualificar as
204 clínicas para que tenham um atendimento especializado. Fica aqui meu relato e se
205 puderem acompanhar ficarei agradecido. RELATO DA CENTRAL DE LIBRAS:
206 Recebemos uma solicitação de atendimento de uma pessoa surda que está no
207 processo de adquirir a primeira habilitação, está na fase da avaliação psicológica e
208 psicotécnica. Solicitou auxílio para agendamento das avaliações do Detran, pois já
209 havia recebido notificações da autoescola onde está inscrito de que, não estavam
210 conseguindo marcar as avaliações com auxílio de intérprete, a Central de Libras
211 para esclarecer e auxiliar na mediação da comunicação entre a autoescola e
212 pessoa surda, ligou na autoescola esclarecendo para o surdo em Libras o que
213 recebeu por mensagens de WhatsApp. O que a auto escola orientou é que
214 tentássemos marcar pois a autoescola não estava conseguindo, e que se não
215 conseguíssemos que a pessoa surda fosse encaminhada para o Detran para
216 resolver a situação, já havia atendimento marcado dia 24/04 para o
217 comparecimento da intérprete no Detran, infelizmente não acabou ocorrendo, mas
218 a mesma se direcionou ao setor de acessibilidade onde relatou a situação da falta
219 de agendamentos para surdos e do prejuízo que há quando a acessibilidade
220 linguística e atitudinal não é garantida. A resposta que recebeu é que não há
221 problemas e que os atendimentos são marcados e quando não há presença do
222 intérprete, o médico se comunica através da escrita. No dia 25/04 a intérprete da
223 Central de Libras juntamente com a pessoa em questão, compareceram no
224 atendimento da clínica conveniada com o Detran, solicitando atendimento com
225 acessibilidade, a resposta que receberam foi de que não seria possível pois
226 somente os intérpretes cadastrados no Detran é que podem realizar esse
227 atendimento e que são somente dois intérpretes para atender o Paraná inteiro, que
228 o senhor teria o atendimento desmarcado pois o tempo de atendimento da pessoa
229 surda é de uma hora e meia, o que seria inviável no momento, que a consulta seria
230 cancelada pela clínica sem ônus para o candidato a primeira habilitação e que ele
231 insistisse com a autoescola para marcar porque para a pessoa surda é bem
232 demorado o agendamento ou que fosse na ouvidoria do Detran buscar mais

11

233 informações. O que percebemos é que para o agendamento para a pessoa surda
234 as tentativas quando tentava-se finalizar o agendamento, solicitaram para alterar a
235 data, o que não se concluiu inúmeras tentativas até o mês de julho e mesmo assim
236 não se consegue a confirmação de data de agendamento. Por outro lado, para
237 pessoas que não precisam de acessibilidade linguística há disponibilidade de vagas
238 e horários. **Parecer da Comissão:** Oficiar ao Ministério Público Comarca Curitiba
239 providências para reparo da discriminação conforme a Lei 131.46/215 art 4 p1.
240 Oficiar ao Detran solicitando esclarecimentos. A Conselheira Maíra pede a palavra
241 e sugere que mesmo estando evidente a pratica discriminatório, deve-se partir do
242 pressuposto que falta informação, assim sendo, sugere uma reunião no espaço
243 físico do Detran com os demais convidados para iniciar um dialogo e entender o
244 que está acontecendo no DETRAN / PR. **Parecer do COEDE:** Aprovado. Oficiar
245 também ao CRP quanto à conduta da psicóloga e agendar reunião com o Detran e
246 convidar o MP e a convidada da OAB do COEDE, com participação dos seguintes
247 conselheiros: Alexandre - ADFP, Luiz Felipe - CPCD, Roberto Leite - CPAS, Moisés
248 - SEES, e um conselheiro do segmento de surdez. 2.4 E-mail do Conselho
249 Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Maringá: Relato de Servidor
250 Público, referente a aposentadoria para Pessoa com Deficiência por idade.
251 RELATO: O Conselho Municipal de Maringá, solicita providências referente ao
252 relato: “ Sou Servidor Público Municipal lotado na Secretaria M. de Saúde, venho
253 com todo respeito e urbanidade expor e no final pedir seus subsídios ressaltando
254 que primeiro solicitei subsídios para a Secretaria da Pessoa Com Deficiência que
255 infelizmente ignorado sem nenhuma resposta. Na data de 13/09/2023 conforme
256 protocolos 2023/09/940 e 2023/09/941 (Maringá Previdência) ingressei com uma
257 solicitação de aposentadoria pessoa com deficiência por idade junto a previdência
258 Maringá preenchendo todos os requisitos exigidos pela Maringá Previdência e
259 também em conformidade com a lei complementar número 142, de 08 de maio de
260 2013 que regulamenta o §1o do art. 201 da Constituição Federal no tocante a
261 aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do regime geral de previdência
262 social – RGPS. A Maringá Previdência montou o meu processo com cálculos etc,
263 no entanto, o gerente de Benefício da Maringá Previdência, alega que o Município
264 de Maringá não regulamentou a Lei Federal 142/13 que favorece PCD para
265 aposentadoria por idade, onde é necessário um mandado de injunção para o juiz
266 assegurar o direito da aposentadoria pcd por idade previsto em lei federal, pois não
267 foi regulamentada pelo Município de Maringá. Para ingressar com esse Mandado
268 não é gratuito sendo o valor mais de R\$3.000,00 e, por estar enfrentando
269 problemas de saúde pessoal e familiar não tenho recursos. Então, venho através
270 desse conselho, pedir subsídios para analisar a possibilidade através do
271 EXECUTIVO para regulamentação da lei 142 de 08 de maio de 2013 em favor da
272 aposentadoria pessoa com deficiência por idade ou que possa levar os fatos aqui
273 exposto diretamente com Sr. Prefeito para analisar possível decreto/lei ordinária
274 para REGULAMENTAR uma lei que beneficiará outros PCDs que certamente
275 envelhecerão e necessitarão de aposentar, e assim, não será necessário entrar via
276 Judicial para um DIREITO previsto na constituição Federal, dependendo apenas do
277 interesse do Poder Municipal para fazê-lo (Regulamentação) em favor da pessoa
278 com deficiência do quadro funcional de servidores da Prefeitura Municipal De
279 Maringá. **Parecer da Comissão:** Encaminhar os questionamentos do solicitante e

13

280 mandado de injunção da servidora aposentada de Cascavel para Maringá
281 Previdência, encaminhar mandado de injunção para o solicitante. **Parecer do**
282 **COEDE:** Aprovado. 2.5 E-mail de Mãe de aluno de inclusão do Colégio Estadual
283 em Pinhais/PR, solicitando orientação sobre dificuldades encontradas na inclusão
284 do estudante. Relato: Me chamo X , sou mãe do aluno ele cursa o 1 ano do ensino
285 médio, e aluno de inclusão. Estamos tendo dificuldade na inclusão do aluno, tive
286 várias reuniões com a pedagoga XX na escola. Tenho pedido coisas básicas como
287 colocar ele na primeira carteira, nem isso foi possível, professor auxiliar nem
288 pensar. O meu filho tem diagnóstico de deficiência intelectual entre outras
289 dificuldades. Tem um episódio recente em que gravaram um jogo da discórdia,
290 diga-se de passagem com o professor em sala de aula. Nesse jogo o meu filho foi
291 severamente criticado e humilhado. Tenho esse vídeo. A relatora e Conselheira
292 Maíra fala que enquanto Educação eles precisam ser oficiados pelo MP e ter
293 acesso ao conteúdo do vídeo e todos os detalhes para poder avaliar se ha
294 necessidade de executar alguma medida disciplinar, sem esse encaminhamento e
295 o vídeo, a Secretaria de Educação não tem como dar seu parecer. Parecer da
296 Comissão: Oficiar MP (abrangência de Pinhais) **Parecer do COEDE:** Aprovado.
297 2.6 E-mail de usuário solicitando que “Retirada do Símbolo Internacional de Acesso
298 - SIA de toda Rede Integrada de Transporte - RIT ou que adequem com a
299 acessibilidade devida em todos os equipamentos.” Relato: Este pedido é devido ser
300 da exigência da Legislação Federal que a (URBS) Prefeitura Municipal de Curitiba
301 e a (COMEC) Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, retirem
302 imediatamente todo o Símbolo Internacional de Acesso - SIA de toda Rede
303 Integrada de Transporte - RIT ou que adequem com a acessibilidade devida em
304 todos os equipamentos, a exemplo de veículos, estações tubo, plataformas
305 elevatórias, banheiros acessíveis, terminais, sinalização tátil, informações e todas
306 exigidas em legislação vigente. (Relato na íntegra no drive do COEDE). **Parecer da**
307 **Comissão:** Encaminhar para debate em Plenária. **Parecer do COEDE:** Convidar
308 para participar de reunião híbrida da comissão de Garantia de Direitos do COEDE a
309 COMEC, a URBS e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de
310 Curitiba. 2.7 Retorno de pauta de março de 2021 - “2.1. Acessibilidade para as
311 pessoas com deficiência” Protocolo nº 17.498.257-0 - Ofício nº 1064/2024/SEAP
312 em resposta ao ofício nº 007/2021 - COEDE/PR. Histórico: OFÍCIO N o:
313 1064/2024- SEAP. Trata-se de ação solicitada pelo Conselho Estadual dos Direitos
314 da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR, referente à acessibilidade
315 para as pessoas com deficiência, concernente à garantia da acessibilidade dos
316 contratos licitatórios firmados pelo Estado do Paraná, com o cumprimento da
317 acessibilidade como um direito transversal das Pessoas com Deficiência, bem
318 como, o cumprimento da Norma Técnica ABNT- NBR 9050 e a Lei Brasileira de
319 Inclusão – LBI 13146/2015. Relato: Conforme solicitação o presente foi
320 encaminhado aos órgãos para confirmação da permanência da indicação dos
321 servidores membros indicados e publicados na Resolução Conjunta
322 SEAP/SEJUF/SECC/CGE n. 001/2022, os quais retornaram com a indicação dos
323 servidores que farão parte do novo Grupo de Trabalho referente à demanda em
324 tela. **Parecer da Comissão:** Oficiar a SEAP que informe a este Colegiado o
325 andamento das atividades deste Grupo de Trabalho referente à acessibilidade
326 para as pessoas com deficiência, concernente à garantia da acessibilidade dos

14 DIOE – n.º 11722 – 13/08/2024.

15

327 contratos licitatórios firmados pelo Estado do Paraná, com o cumprimento da
328 acessibilidade como um direito transversal das Pessoas com Deficiência, bem
329 como, o cumprimento da Norma Técnica ABNT- NBR 9050 e a Lei Brasileira de
330 Inclusão – LBI 13146/2015. **Parecer do COEDE:** Aprovado. 2.8 Retorno de pauta
331 de fevereiro “2.5 Sistema Integrado de Ouvidoria do Estado do Paraná - SIGO:
332 Suspensão na equoterapia na APAE de Paranavaí.” Ofício circular nº 037/2024 -
333 FEAPAES em resposta ao Ofício nº 04/2024 – COEDE/PR. Relato: Ofício Circular
334 037/2024. Em resposta ao Ofício no 004/2024, cumpre informar que neste
335 momento a APAE de Paranavaí está com o serviço de equoterapia pausado.
336 Informamos ainda, que a Entidade está trabalhando para formar a equipe, que
337 precisa de profissionais com habilitação específica (fisioterapeuta com curso da
338 ANDE BRASIL), o que torna o processo de contratação mais difícil. Parecer da
339 Comissão: Ciente, encaminhar resposta ao solicitante. A Presidente Clecy pede a
340 palavra para responder uma dúvida do Conselheiro Roberto Leite sobre a falta de
341 profissional para o atendimento, se existia ou não esse profissional habilitado
342 anteriormente? A presidente responde que existia, mas que por hora não existe mais
343 e por esse motivo a interrupção. **Parecer do COEDE:** Aprovado. 2.9 Retorno de
344 pauta de março “2.11 Solicitação de intervenção junto ao Secretário Estadual de
345 Educação sobre a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência visual nas
346 plataformas de formação continuada no estado do Paraná.” Protocolo 21.300.181-
347 7, Informação n.º 010/2024 – DEDUC/SEED em resposta ao Ofício 037/2024 –
348 COEDE/PR. Relato: (RELATO NA ÍNTEGRA NOS DOCUMENTOS DRIVE DO
349 COEDE). Em resposta por meio da Informação 10/2024 DEDUC/SEED, manifestou
350 ao COEDE/Pr: “O Programa Formadores em Ação, desenvolve ações de
351 adequação que visam garantir acessibilidade a todos os profissionais da educação,
352 que se propõem a participar dos cursos oferecidos. Ao realizar a inscrição no
353 Grupo de Estudo, o cursista indica qual é a sua necessidade educacional especial
354 e com base nesses dados, a equipe da Secretaria faz o mapeamento dessas
355 necessidades, compreendendo-as e reconhecendo em quais turmas estão estes
356 cursistas, para organização dos atendimentos. Em parceria com os profissionais do
357 Departamento de Educação Inclusiva -DEIN, foram realizadas orientações de como
358 atuar e desenvolver as ações para atendimento das necessidades de cada um dos
359 profissionais. Desse modo, o atendimento ficou organizado da seguinte forma:
360 Intérprete de Libras: Material com texto ampliado (Fonte 18): Material com texto
361 ampliado (Fonte 24): Transcrição do material formativo para formato “.txt”: Além
362 dessas ações, também são realizados momentos formativos sobre a Educação
363 Inclusiva e acessibilidade com tutores de formação e formadores que atendem as
364 temáticas onde estão inscritos os cursistas com necessidades educacionais
365 especiais e com todos os técnicos que atuam desenvolvendo roteiros formativos e
366 acompanhamento da formação. Ainda no que diz respeito às ações formativas, são
367 disponibilizados materiais que apoiam o desenvolvimento do trabalho com a
368 inclusão e a acessibilidade. Nas datas 13/03/2024 e 03/04/2024, houve formação
369 para os técnicos pedagógicos envolvidos com o Programa de formação continuada
370 Formadores em Ação sobre “Desenho Universal para a aprendizagem” (DUA),
371 tendo como foco a importância da inclusão nos roteiros formativos, nas reuniões
372 com os cursistas e na sala de aula com os estudantes. Considerando a concepção
373 de Desenho Universal para a Aprendizagem, essa Diretoria de Educação - DEDUC

16 DIOE – n.º 11722 – 13/08/2024.

17

374 tem reforçado seu compromisso com a inclusão, garantindo que nas contratações
375 de recursos de digitais de aprendizagem, os elementos de acessibilidade estejam
376 presentes. Da mesma forma, tem o comprometimento em promover melhorias nos
377 recursos de acessibilidade em futuras contratações ou renovações contratuais.
378 Atualmente já estão presentes elementos de acessibilidade em cada um dos
379 recursos digitais utilizados no processo de ensino e aprendizagem pelos
380 Programas a seguir: Programa Inglês Paraná, Programa Matemática Paraná,
381 Programa Leia Paraná, Redação Paraná, Programa Desafio Paraná. Considerando
382 que as ações de promoção de acessibilidade são progressivas, apresentamos a
383 seguir, um pequeno cronograma de ações que serão realizadas ao longo de 2024,
384 visando ampliar e consolidar as que já são desenvolvidas: 1o Semestre •
385 Elaboração de uma Orientação sobre acessibilidade para os Recursos Digitais de
386 Aprendizagem; Produção de um guia sobre possibilidades de acessibilidade no uso
387 dos Recursos Digitais de Aprendizagem. Formação com os Técnicos Pedagógicos
388 dos NREs responsáveis pelo trabalho com os Recursos Digitais de Aprendizagem
389 junto aos professores; Divulgação e aplicação do Guia sobre possibilidades de
390 acessibilidade no uso dos Recursos Digitais de Aprendizagem 2.º Semestre.
391 Ampliar a identificação das necessidades especiais dos cursistas participantes do
392 Grupo de Estudos Formadores em Ação, incluindo a necessidade de
393 audiodescrição. Publicação de edital específico para a seleção de intérpretes de
394 Libras e audiodescritores para o acompanhamento dos cursistas dos Formadores
395 em Ação em 2025. **Parecer da Comissão:** Ciente da informação da SEED. A
396 SEED convida o Conselheiro Ivã para compor o GT das “Plataformas de Uso
397 Pedagógico do Estado” o Conselheiro se colocou à disposição. A Conselheira
398 Patricia pede a palavra, relata que assumiu como Pedagoga do Estado, que no
399 processo do estágio probatório precisa acessar as plataformas do Pedagogo para
400 fazer o curso de formadores e que está tendo dificuldades de acessar essas
401 plataformas, principalmente o BI, que já tentou varias formas, mas que existe
402 barreiras e que não consegue ter acesso aos dados que precisa para a sua
403 formação, que precisa sempre de alguma forma pedir ajuda a outra pedagoga, que
404 nem sempre as pessoas estão a disposição, que como equipe pedagógica
405 enquanto direção não tem como trabalhar e que dessa forma se sente prejudicada.
406 Que já tentou baixar o aplicativo no celular, e que mesmo assim não consegue
407 acessar, pois abre em planilhas que não tem como fazer a leitura. Que se sente
408 desanimada e excluída, pois não consegue desenvolver seu trabalho. Que não
409 conhecia esse aplicativo, que deveria ser acessível mas não é. Que não pensaram
410 que poderia ter uma diretora ou pedagoga deficiente visual. O Conselheiro Ivã pede
411 a palavra e relata que tem insistido muito na interface dos protetores de tela na
412 questão da pessoa com deficiência visual, que a tecnologia veio para ajudar a
413 sociedade, mas se não pensar na pessoa com deficiência visual, é exclusão total
414 dessa pessoa. Relata que um dos problemas que vem surgindo nas repartições
415 públicas, em condomínios, é a mudança da biometria para identificação da face, e
416 isso dificulta para a pessoa com deficiência visual. Relata que fez um parecer para
417 a SEED referente a sugestões de acessibilidade. Relata que esteve em reunião
418 com a CELEPAR referente ao eprotocolo e que o trabalho está fluindo, e que é
419 urgente a reformulação das plataformas do Estado para atender esse público. A
420 Conselheira Maira pede a palavra e fala que o BI, trata-se de uma ferramenta que

18 DIOE – n.º 11722 – 13/08/2024.

19

421 hoje é um dos mecanismos utilizados para a gestão dentro da rede estadual de
422 ensino, mas também usado dentro de diversas outras redes, é uma ferramenta
423 que tem sido usada cada vez mais pela administração, não necessariamente só
424 pelo Paraná para fazer o gerenciamento, que é uma ferramenta da Microsoft, e
425 ainda que, certamente que o Conselheiro Roberto traz que está resguardado pela
426 legislação, e sim, a ferramenta de 2016 para cá ela precisa garantir a
427 acessibilidade, que inclusive é uma ferramenta internacional, que não tem ratificado
428 algumas Convenções, que essa é uma discussão que a SEED tem essa ciência da
429 importância desse acesso, mas mais do que acesso, da descoberta de como ela
430 se comporta frente os desafios para dar condições a todos, que é o maior desafio
431 que a SEED tem se deparado, que sim tem enfrentado dificuldades mas que a
432 SEED está comprometida em resolver essas situações para dar condições de
433 acessibilidade a todos esses usuários. **Parecer do COEDE:** aprovado. A Secretária
434 Herica Sarmiento pede a palavra, fala que terminou a pauta de garantia de direitos,
435 voltando para os informes dos Conselheiros. A pauta é o programa Viver sem
436 Limites que será apresentado pelo conselheiro Roberto Leite, é passada a palavra
437 ao Conselheiro Roberto. O Conselheiro relata que o Programa Viver Sem Limite
438 tem um documento extenso e que não tem como fazer um estudo sem montar um
439 grupo de trabalho para posteriormente trazer esse essas informações ao pleno
440 para daí deliberar. A sugestão é no mínimo 3 governamental e 3 não
441 governamental. A Secretária pede se alguém tem mais sugestões com relação ao
442 tema. A Conselheira Aline propõe que primeiro seja apresentado o contexto geral
443 do plano, para todo mundo ficar sabendo como será o trabalho aqui no plano, um
444 apanhado geral, para que todos fiquem sabendo o que está acontecendo, podendo
445 ser marcado uma reunião específica para apresentação e na sequência a
446 apresentação das secretarias, o que vem sendo desenvolvido, o que tem na saúde,
447 onde estão, o que fazem. Sugere que para haver discussão nas comissões é
448 preciso que os conselheiros se situam o que está acontecendo. A Conselheira
449 Adriana concorda com a fala da conselheira Aline. O Conselheiro Ivã sugere em
450 convidar alguém com mais propriedade do Programa, para poder explicar o plano.
451 A Conselheira Adriana sugere que após a Comissão analisar, avaliar o documento,
452 fazer um estudo, entendendo o grau da dificuldade e todos os tramites deve-se
453 fazer uma apresentação para a plenária. A Secretária confirma a aprovação do
454 grupo de trabalho, a plenária escolhe os Conselheiros não governamental: Clecy
455 Aparecido Grigoli Zardo, representante da Federação das APAES do Estado do
456 Paraná; Conselheiro Enio Rodrigues da Rosa, representante do Instituto
457 Paranaense de Cegos. Priscila Guimarães Rodrigues, representante do Complexo
458 de Saúde Pequeno Cotelengo e os Conselheiros Governamentais: Adriana Santos
459 de Oliveira, representante da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa
460 Idosa; Maira Tavares de Oliveira, representante da Secretaria da Educação. Aline
461 Jarschel de Oliveira, representante da Secretaria da Saúde. Fica aprovado também
462 que o apoio técnico será escolhido pela Coordenação da Pessoa com Deficiência.
463 A Secretária dá continuidade e anuncia a apresentação do Conselheiro Júnior
464 sobre a APAE de Maringá. A palavra é dada ao Conselheiro Júnior onde
465 primeiramente ele relata sobre o que ele vai apresentar do trabalho da APAE com
466 relação da empregabilidade. Apresenta em formas de slides a parte física da
467 APAE, que possui 36.000 metros de terreno e 11.000 metros de área construída,

21

468 divididos em 11 blocos, fala sobre a missão das APAES que é: promover e
469 articular ações de defesa de direitos, prevenção orientação, prestação de serviços
470 e apoio a família, direcionadas a melhora da qualidade de vida da pessoa com
471 deficiência intelectual e a construção de uma sociedade justa e solidária, que as
472 áreas de atuação são a Assistência Social, saúde e prevenção, trabalho e
473 prevenção, educação e defesa e garantia de direitos, que possui duas escolas,
474 uma escola que atende de 0 a 3 anos, outra que atende até o processo de
475 envelhecimento, modalidade de educação infantil e de jovens e adultos. Que possui
476 um projeto de acolhimento às gestantes e bebês de risco, o projeto prevê
477 atendimento às gestantes a partir do momento que são notificados quanto ao
478 nascimento de uma criança com deficiência. As famílias são acompanhadas
479 durante e pós nascimento, e os bebês recebem atendimento de maneira precoce
480 intensificando a estimulação tão necessária neste processo. Mostrando assim a
481 importância do estímulo precoce. Que existe outro projeto chamado Viver Bem,
482 onde existe um centro específico para a pessoa idosa com deficiência, projetos
483 esses que tem apoio do fundo municipal. Que existe atendimento de psicóloga,
484 assistente social, fisioterapeuta, duas cuidadoras, equipe de limpeza, duas vagas
485 disponíveis para buscar esses idosos e levar para casa. Que o projeto de
486 atendimento a esses idosos gera em torno de R\$337.000,00/ano e o projeto de
487 transporte R\$98.000,00/ano, que esse repasse é oriundo do fundo do idoso. O
488 Coordenador Felipe Braga Cortes pede se existe algum repasse do município. O
489 Conselheiro Júnior responde que por enquanto não existe nenhum repasse do
490 município, mas que o município fez uma provocação para que a APAE/Maringá
491 escrevesse um projeto de quanto custaria todo essas demandas, que foi feito esse
492 levantamento e encaminhado para a Secretária de Assistência Social e que estão
493 aguardando resposta. Que o projeto visa a manutenção da qualidade de vida da
494 pessoa com deficiência intelectual idosa, e o atendimento aos seus familiares, que
495 existe um projeto cultural, musicalização. Que a APAE não tem convenio com o
496 SUS, porem a saúde é uma área de atuação das APAES e que foi feito um
497 convenio com uma faculdade particular onde os profissionais alocaram um bloco e
498 criaram a clinica da pessoa com deficiência, são especialidades médicas e
499 terapêuticas onde é atendido os usuários, as famílias dos usuários e os
500 colaboradores. Cada um desse publico tem uma agenda. Os atendimentos são
501 odontologia, fono, fisioterapia. O projeto faz com que os graduandos dessa
502 faculdade privada tenham o olhar para a pessoa com deficiência. O Conselheiro
503 continua apresentando sobre o projeto da empregabilidade mostrando o fluxograma
504 de preparação para o mercado de trabalho, atendendo a Lei 10.097/00 de pré
505 aprendizagem e aprendizagem e a lei 8213/1991 de mercado formal ou trabalho
506 protegido. Que o publico atendido nessa faixa é a pessoa com deficiência
507 intelectual e múltipla, atendidos pela APAE de Maringá ou encaminhados pela rede
508 Socioassistencial (CRAS e CREAS) e Núcleo Regional de Educação desde que os
509 mesmos estejam nos programas da educação especial. Que a abrangência
510 territorial é o Município de Maringá e seus distritos, município da área
511 metropolitana, desde que haja a cooperação para o transporte dos aprendizes. Que
512 o projeto de encaminhamento ao mercado de trabalho: pré aprendiz e rumo ao
513 trabalho, selecionar candidatos, orientar e preparar, acompanhar durante todo o
514 processo de entrevista, seleção e adaptação incluindo a divisão e orientação das

22 DIOE – n.º 11722 – 13/08/2024.

23

515 tarefas; disponibilizar o acompanhamento frente as dificuldades específicas e apoio
516 emocional por tempo prolongado, buscando a garantir a empregabilidade do
517 mesmo. Apresentou também o Projeto Jovem aprendiz em parceria com uma
518 transportadora, que o programa tem como objetivo inserir o adolescente aprendiz,
519 maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários,
520 nas empresas parceiras. Para a pessoa com deficiência não existe limite da idade.
521 Apresenta também as empresas parceiras com o trabalho com pessoas com
522 deficiência. Além do encaminhamento ao mercado de trabalho, do projeto Jovem
523 aprendiz, também existe o trabalho protegido, que quando se pensa no valor do
524 trabalho como fator de desenvolvimento e crescimento pessoal e social, não se
525 pode excluir pessoas com deficiência, pois seus talentos não podem ser ignorados
526 ou frustradas as suas aspirações, que por vezes existe uma deficiência intelectual
527 muito acentuada, que precisa de muita adaptação, e que essa pessoa não
528 consegue se adaptar ao mercado de trabalho formal, seja por uma situação de
529 saúde ou situações de desmaios, convulsões, questões comportamentais, sendo
530 assim o Conselheiro relata que a APAE de Maringá fez uma parceria com o
531 Ministério do Trabalho, junto a promotoria, criando a modalidade do trabalho
532 protegido, em que a empresa precisa cumprir a lei de cotas, então a empresa aluga
533 um espaço, como se fosse uma sala dentro da APAE/Maringá, e cria uma atividade
534 afim, atividade essa que existe na empresa mas que será direcionada para esse
535 espaço, e contrata a pessoa com deficiência via regime CLT, que irá fazer uma
536 atividade co relato ao trabalho da empresa, onde lá dentro do espaço, a equipe
537 pedagógica e de saúde dá o apoio a essa pessoa com deficiência, sendo assistido
538 tanto para as questões comportamentais e de saúde. O Coordenador Felipe Braga
539 Cortês pede a palavra e complementa que nem sempre esse tipo de parceria
540 acontece, pois depende muito do entendimento do Ministério do trabalho e da
541 Promotoria do Município, que por vezes entende isso como segregação, mas que
542 na verdade quando se entende o processo a parceria acontece e ai se faz o termo
543 de ajuste e conduta. . Relata que o que precisa é estreitar a parceria com a
544 Promotoria local e o Ministério do Trabalho. O conselheiro Henry/UNILEHU, pede a
545 palavra parabeniza o trabalho da APAE/Maringá e relata que esse tipo de
546 proposta/parceria, acontece aqui em Curitiba na UNILEHU, relata que existe uma
547 capacitação dentro de um ambiente simulado e que depois de passar por todo o
548 processo esse profissional com deficiência está pronto para o mercado de trabalho.
549 Que a UNILEHU tem muitos casos de sucesso na inclusão da pessoa com
550 deficiência no mercado do trabalho. O Conselheiro Júnior pede a palavra e relata
551 que sim, ha necessidade de se fazer essa parceria com a promotoria, que quando
552 se faz a troca de promotor, existe uma necessidade de explicar todo o processo e
553 um trabalho de convencimento para com o novo promotor, para que haja
554 entendimento da necessidade desse tipo de parceria, complementa que o trabalho
555 protegido traz dignidade para a pessoa com deficiência, proporcionando autonomia
556 financeira. Relata que atualmente a APE/Maringá tem parceria com o trabalho
557 protegido com cooperativas, Universidade, Bancos. Relata sobre a questão das
558 empresas absorverem a cota PCD quando o administrativo é pequeno, cita o
559 exemplo da Usina, onde a maioria das vagas de trabalho é insalubre e a PCD não
560 consegue atuar. Sendo assim, o trabalho protegido, foi estendido para outros polos
561 da Usina onde existem outras APAEs que podem vir a fazer a parceria do Trabalho

24 DIOE – n.º 11722 – 13/08/2024.

25

562 Protegido. Outro protejo apresentado pela APAE/Maringá, dentro do trabalho
563 protegido é o projeto Cultivar, parceria com a Cooperativa Cocamar – Plantando
564 com mãos especiais. Fundado em 2003 com a finalidade de incentivar o
565 reflorestamento e a reconstituição das áreas de preservação permanente e de
566 matas ciliares, com as mãos de pessoas com deficiência na produção de mudas de
567 especies nativas, que são destinadas para recuperar áreas de proteção ambiental,
568 sendo distribuídas aos cooperados da Cocamar, órgãos públicos e também para a
569 comunidade. A Presidente Clecy Zardo pede a palavra e relata que a APAE de
570 Cambira também possui essa parceria com a Cocamar, e que isso traz muita
571 alegria para essas pessoas, que as pessoas se sentem valorizadas por estarem
572 trabalhando e com a carteira de trabalho assinada. O Conselheiro Júnior pede a
573 palavra e relata que são em torno de 150 pessoas atendidas pelo projeto de
574 trabalho, que na área de atendimento de educação são em torno de 600 pessoas.
575 A presidente Clecy sugere que haja uma reunião descentralizada do COEDE, se
576 possível em Maringá, para que todos os Conselheiros possam conhecer o trabalho
577 da APAE/Maringá. O Conselheiro Ivã pede a palavra, sugere que as apresentação
578 das entidades continuem e que para a próxima reunião da Plenária será
579 encaminhado o convite ao Professor Rubens Ferronato para a apresentação do
580 projeto MultiPlano, que trabalha a Matemática para pessoas com deficiência visual.
581 O Coordenador Felipe pede para que se possível todos os Conselheiros tragam as
582 experiência positivas para compartilhar com o Conselho. A Secretária Hérica pede
583 a palavra e da continuidade na apresentação da Comissão Permanente, passa a
584 palavra para a Conselheira Carla, que está substituindo a relatora Clecy Zardo, pois
585 a mesma se encontra em uma reunião no Tribunal de Justiça do Paraná,
586 juntamente com o Vice presidente Ivã de Pádua e o Coordenador Felipe Braga
587 Cortes. 3.1. Encontro com os municípios do Núcleo Regional de Curitiba e
588 Paranaguá, Coordenação da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa
589 com Deficiência CPCD/SEDEF e COEDE, data de 28 de maio de 2024. Histórico:
590 O Encontro Regional de Curitiba e Paranaguá foi um evento marcante realizado em
591 São José dos Pinhais no dia 28 de maio de 2024, das 13h30 às 17h, reunindo
592 representantes de 36 municípios do Paraná. O objetivo principal deste encontro foi
593 promover e incentivar a criação de conselhos municipais dedicados aos direitos das
594 pessoas com deficiência. A abertura do evento contou com a presença e as
595 palavras inspiradoras do Secretário Rogério Carboni, seguido pela apresentação do
596 Coordenador da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com
597 Deficiência, Luiz Felipe Braga Côrtes, que compartilhou os projetos e iniciativas
598 desenvolvidas pela Coordenação e pelo COEDE. O Conselho Municipal de Curitiba
599 teve a oportunidade de destacar suas ações e o funcionamento do fundo municipal,
600 enquanto o Sr. Fábio da Onda Autista trouxe à tona os direitos fundamentais das
601 pessoas autistas, oferecendo uma visão valiosa sobre essa questão. A Associação
602 de Proteção à Maternidade e à Infância de Itaperuçu-Pr, apresentou o CER II, um
603 importante recurso de apoio àqueles que necessitam, enquanto a Associação de
604 Atendimento e Apoio ao Autista de Tijucas do Sul/PR compartilhou suas
605 experiências e iniciativas em prol da comunidade autista. Além disso, o Coletivo
606 Inclusão fez uma apresentação inspiradora sobre suas atividades e contribuições
607 para a promoção da inclusão em diferentes esferas da sociedade. O encontro foi
608 um espaço rico em trocas de experiências, aprendizado e networking, visando

27

609 fortalecer os laços entre os municípios e impulsionar o desenvolvimento de políticas
610 inclusivas em toda a região. **Parecer da Comissão:** Não houve reunião, Enviado
611 para Ciência. **Parecer do COEDE:** A comissão irá organizar o cronograma dos
612 encontros futuros juntamente com a CPCD. 3.2. Levantamento dos Conselhos
613 Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.
614 Histórico: Até a presente data, 03/06/2024, 106 municípios preencheram o
615 formulário, 53 municípios possuem Conselho e 53 não possuem. Em anexo segue
616 relatório detalhado com todos os municípios que responderam a pesquisa até o
617 momento. **Parecer da Comissão:** Não houve reunião, Enviado para Ciência.
618 **Parecer do COEDE:** ciente. A Secretária Hérica pede a palavra e relata que a
619 servidora Cristiane fez uma apresentação sobre os municípios que responderam o
620 formulário sobre o monitoramento dos conselhos municipais PCD/2024 e resultado
621 foi que 53 municípios responderam que sim, possuem Conselho e os 53 municípios
622 que não possuem conselho, sendo que então 50,5 não possuem e 49,5%
623 possuem. Relata também que 79,2% dos conselhos estão ativos com reuniões
624 virtuais e presenciais, 15% em reunião bimestral e 1 município está com o
625 Conselho inativo e um município que a lei não contempla a realidade do município.
626 Que 60,4% dos 73 municípios possuem fundo e 39,6% não possuem fundo
627 municipal. Sobre o plano municipal dos direitos da pessoa com deficiência a
628 maioria dos municípios não possuem plano. Relata que conforme informação da
629 servidora Deise, o município para receber valores no fundo, precisa possuir o Plano
630 Municipal, sem um plano as verbas não podem ser repassadas. Que a maioria dos
631 conselhos possui secretária executiva, sendo que 71,7% responderam que sim e
632 28,3% responderam que não. A Secretária Executiva relata que estava de férias e
633 que vai dar continuidade no monitoramento, para inclusive levar esses dados para
634 o Fórum Nacional da Pessoa com Deficiência. Termina assim a apresentação da
635 Comissão, Mobilização e Articulação, a Secretária da continuidade nos informes,
636 relata que a pedido da Diretora Geral, seja solicitado cartão corporativo para todos
637 os Conselheiros Gov e Sociedade Civil, devido as reuniões descentralizadas, assim
638 facilita a compra de passagens e diária para todos, Após a solicitação do Cartão,
639 os conselheiros precisam passar no banco para formalizar uma senha. A Secretária
640 pede se algum conselheiro tem algum informe, a Conselheira Cleomira convida a
641 todos a participar de uma oficina que será ministrada pela Conselheira Patricia, na
642 Biblioteca Publica do Paraná, o tema é androides e acessibilidade, pessoas com
643 deficiência visual e/ou pessoas que atuam nessa área, com a importância de saber
644 e poder ajudar. Informa que na ultima oficina foram 43 participantes e que nessa
645 ultima será disponibilizado devido ao local, 27 inscrições. Informa que encaminhou
646 o convite no grupo de Whats do COEDE, que serão todos bem vindos. A
647 Conselheira Adriana pede a palavra para dar continuidade na apresentação da
648 Comissão do Orçamento e Gerenciamento do Fundo Estadual, relata que na ultima
649 reunião ficou acordado que se fizesse uma nota orientativa para os conselheiros
650 municipais e para a gestão informando como vai ser o procedimento de repasse
651 para o fundo, pois a fase é de captação de recursos para o fundo. A Conselheira
652 relata que ainda não conseguiu avaliar os documentos recebidos pois estava com
653 outras demandas mais urgentes como por exemplo a conferencia nacional. Se
654 compromete com o colegiado que trará na próxima reunião para assim discutir com
655 o colegiado e estabelecer os critérios de uso do fundo. A Conselheira também faz

28 DIOE – n.º 11722 – 13/08/2024.

29

656 relato sobre a conferencia nacional, que é chefe de delegação, trabalhou com a
657 planilha que veio da Coordenação da Política da Pessoa com Deficiência, com
658 vários dados, mas que no encaminhamento das inscrições tiveram que fazer alguns
659 ajustes, pois solicitaram mais informações detalhadas dos delegados e dos seus
660 acompanhantes, que foram preenchidas, que fizeram todas as inscrições dos
661 delegados, que já disponibilizou para o grupo a inscrição de cada delegado, com o
662 numero certo, e que está na fase de montar os grupos para os quartos, que todos
663 os delegados devem ficar em duplas, que já fez uma previa dos delegados que
664 solicitaram acompanhantes, que o total são 5 delegados e que está encaminhado,
665 que tem prazo para encaminhar e a administração do Fórum fará a reserva dos
666 quartos. Que as passagens aéreas já estão sendo adquiridas e que a Conselheira
667 está a disposição para esclarecer as duvidas e ajustar as demandas. Que as
668 propostas já foram colocadas no grupo, a Conselheira pede que todos os
669 delegados façam a leitura do eixo que foi escolhido, para poder fazer uma boa
670 discussão e levar bons argumentos para o Fórum. A Conselheira Adriana aproveita
671 para passar um informe da Política do Idoso, que terá uma reunião ampliada e
672 descentralizada do Conselho Estadual da Pessoa Idosa, que será em Foz do
673 Iguaçu, nos dias 25 e 26 de Junho, que vai colocar no grupo do COEDE maiores
674 informações, que será discutido a importância da garantia de direitos do idoso. O
675 evento estará aberto, que será na Uniãoeste de Foz do Iguaçu, que terão uma
676 oportunidade de conhecer o Condominio do Idoso, que a Cohapar estará presente
677 para explicar como é o funcionamento desse Condomínio, que o mês de junho será
678 discutido muito sobre o hetarismo, que terá um evento no dia 14 de junho, em
679 alusão ao dia Mundial a prevenção a violência da pessoa idosa, que é dia 15 de
680 Junho, informa o local que será em Pato Branco, informa que o evento é aberto a
681 comunidade. Que Pato Branco é a primeira cidade do Paraná que aderiu a um
682 projeto mundial da OMS: “cidade amiga da pessoa idosa”, que existe uma meta
683 para que outras cidades sejam contempladas, que será feito o evento alinhando
684 essa cidade da pessoa idosa no enfrentamento da violência contra a pessoa idosa,
685 que vale a pena participar para pensarem juntos como vemos esse
686 envelhecer,principalmente da pessoa idosa com deficiência. A Conselheira informa
687 que a Secretária da Mulher e da pessoa idosa junto com a Secretaria do Esporte
688 será realizado os jogos de integração para idosos, que será feito em duas etapas, a
689 primeira em Guaratuba e a segunda em Maringá, na Vila Olímpica, que vários
690 municípios irão participar e que é o momento de pensar nessas modalidades
691 adaptadas, no idoso, na pessoa com deficiência, abertura dia 18 de Junho até o dia
692 21 e Junho. A Secretária Herica pede a palavra para encerrar a plenária, agradece
693 a presença de todos, agradece a todos os interpretes de libras e que a próxima
694 plenária será no dia 02/07/2024. Esta ata foi elaborada pela servidora Marilê Ana
695 Bravo, e posteriormente encaminhada aos conselheiros (as) para aprovação, caso
696 aprovada será publicada no DIOE e publicada no site do COEDE/PR. Reunião
697 disponível no site: <https://www.youtube.com/watch?v=fxEt5QYqfm>